



Discurso Directo com António Domingos de Azevedo, Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

“A política fiscal deste Governo é claramente sem equidade tributária”

Esta é a terceira vez que o Bastonário dos TOC concede uma entrevista em exclusivo a este suplemento. Critica a política fiscal deste Governo, a posição das Associações empresariais na falta da defesa dos empresários na obrigatoriedade de enviarem até hoje para a Autoridade Tributária a relação dos seus inventários, e afirma que no caso dos Açores não faz sentido os lavradores terem que fazer um guia de transporte para transportar mercadorias entre as suas instalações e as explorações agrícolas.



Correio Económico - Sob o ponto de vista fiscal, como caracteriza o Orçamento de Estado para 2015 para as empresas?

António Domingos de Azevedo, Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas - Sob o ponto de vista fiscal tem poucas alterações, mas tem uma obrigação que não faz sentido, que é a obrigação da transmissão de inventários para as empresas. Vejo isso com alguma preocupação, não só pela transmissão dos inventários mas o facto de o legislador exigir sem saber minimamente se as empresas têm ou não condições de proceder a este cumprimento, quanto é que isso custa para as empresas, e qual o benefício que o Estado vai retirar pelo efeito de criar essa nova obrigação. Acho que se está a pedir informação em duplicado, porque as empresas mandam

a sua declaração Modelo 22, no caso das sociedades, ou, o anexo C ou a declaração anexo 3 à declaração de IRS, em caso de empresários em nome individual, enviam a demonstração de resultados, com a relação dos gastos das matérias-primas consumidas e vendidas, quanto é que custou, e a quem vendeu estes bens que foram alienados. A diferença entre o que custou e o que se vendeu corresponde à margem bruta. O Governo conhece as margens praticadas pelos comerciantes, e por esta via sabe se é praticada venda abaixo do preço, o que poderá incidir sonegação à facturação, ou se os consumos são muito exagerados e se há aqui alguma irregularidade. Um outro aspecto importante é o da rotação de stocks, o relacionamento entre o consumo com as vendas, que permite ter o conhecimento da rotação de stocks, e estes são elemen-

tos fundamentais que o Governo precisa de ter para avaliar a regularidade ou irregularidade desse processo. Tem – se seguido outro caminho.

CE – E que caminho tem sido esse?

ADA – Temos o caso da “E factura”, que teve algum sucesso, não tanto quanto lhe querem atribuir, mas aqui o Governo quis comunicar a ideia que estão a controlar as empresas e os empresários. Eu estou de acordo com esta mensagem, só que penso que o caminho que se seguiu é errado, como no caso do sorteio das facturas, com o qual sempre discordei. Bem mas tem dado resultados? E se tivessem dado um crédito fiscal às pessoas, ou se dessem o dinheiro equivalente ao carro não seria mais prático, para poderem fazer obras em casa? Acontece que existem pessoas a quem lhes coube o carro, que não o podem manter, que vendem depois muito barato, a quem o entregou, sendo portanto um bom negócio para os stands de automóveis, sendo um negócio de méritos questionáveis.

Este ano aconteceu algo de perigoso, pois sabemos agora que o Governo deu até hoje, dia 6 de fevereiro, para se entregar as declarações de inventários. Como este é o primeiro ano deviam dar até 31 de março, porque o Governo se está a esquecer de uma coisa importante: todos têm que fazer o inventário, mas a sua

maioria não estava preparado para fazer o inventário de forma a transcrevê-lo nas condições que o Governo exige. O Governo diz que a obrigação não é nova, é verdade, as empresas tinham que o fazer, mas a questão não é tanto de fazer o inventário, mas a forma de o transmitir. Esta ansiedade que se está a gerar em redor destas medidas tem que ser um bocadinho resfriada, e na minha opinião os empresários têm sido extremamente condescendentes neste processo, porque não têm questionado o Governo, como que pacificamente aceitando decisões que mexem com eles e que mexem com a profissão.

CE – Acabou de fazer uma crítica directa às Associações Empresariais. A Ordem dos TOC foi ouvida neste processo da obrigatoriedade de apresentar os inventários?

ADA – A ordem não foi ouvida e penso que não tem que ser ouvida, pois está uma obrigação das empresas e não dos profissionais. Os TOC têm a sua responsabilidade definida no artigo 6º do Estatuto, e lá não está definida esta respon-

sabilidade. Mas focou um caso que penso que é pertinente. Em Portugal ao nível do Ministério das Finanças, com especial incidência das Secretarias Fiscais, está implementada uma estratégia política que passa por um conceito de política musculada, um conceito de que se quer, que se pode, e que os outros cumpram, e não uma política de concertação de diálogo de encontrar as melhores soluções quando temos um problema. Neste momento a Secretaria de Estados dos Assuntos Fiscais tem uma política musculada em relação ao processo fiscal, isto é, um político que consubstancia o quer posso e mando. Até nem vejo grande mal nisso, mas quem concebe estas questões falta-lhes humildade para aceitar as ideias dos outros e o grande problema surge quando se toma medidas em áreas que não se conhece. Não é possível conhecer-se tudo. Tem-nos surpreendido o comportamento das associações empresariais, que tradicionalmente são organismos que não gostam de estar contra o Governo, e estar contra o Governo é ter a coragem de criticar quando tem que ser criticado, de apoiar quando faz coisas boas, pois termos a nossa linha de pensamento, e a nossa vida. O que eu noto é que as associações empresariais não gostam de estar contra o Governo. Mesmo quando o Governo faz asneiras, por vezes

“Quando o sistema é iníquo, as próprias pessoas têm tendência de o perverterem para o tornar mais igualitário”

preferem ignorar-las e contorna-las, do que publicamente criticar. E nesta questão dos inventários a ordem entendeu que não teria que se pronunciar, pois entendemos que deveriam ser as associações empresariais que deveriam manifestar – se contra esta medida, e manifestaram – se numa carta dirigida à Ministra das Finanças a solicitar a dilatação do prazo, o que já sabemos que foi dado mais uma semana, o que manifestamente é muito pouco.

CE – A reforma fiscal foi anunciada ao nível do IRS, embora estas alterações passem ao lado do orçamento de estado para 2015. São positivas na sua opinião as alterações ao código do IRS?

ADA – Temos alterações no sistema fiscal profundas para 2015. Esta reforma tem algumas coisas positivas, mantendo – se outras negativas, porque não se mexeram nelas. Mas houve aqui um outro aspecto importante que gostaria de salientar. A lei final que foi aprovada na Assembleia da República é muito diferente, para melhor, do que as propostas feitas pelo Governo.

A primeira destas alterações é a consideração do rendimento dos empresários em nome individual em 50% nas situações de "participacion excenssion", o que eu acho muito justo. Nem deveria ser 50%, mas sim 100% como é para as empresas, acho justo portanto que assim seja. Assistimos, não pelo efeito do reescalamento dos escalões, não pelo efeito das alterações das deduções ao rendimento, mas por efeito das alterações da dedução à coleta, a algum desagramento fiscal em 2015. Haverá de facto e na prática desagramento fiscal em 2015. O que eu lamento é que com a saída das taxas de retenção na fonte, a administração fiscal esta a pedir dinheiro às pessoas que elas não devem pagar. Comparando o efeito efectivo do imposto no rendimento e as taxas de retenção, por exemplo nos escalões entre os 600 euros e os 2.500 euros mensais, as taxas estão muito acima da sua percentualidade. Criaram um mecanismo que passa despercebido às pessoas e que estão a obrigá-las a financiarem o Estado, por pagarem mais à cabeça e só vão fazer as contas com o Estado lá para Julho de 2016, e consequentemente vão ver reduzida uma parte da sua disponibilidade financeira, que em relação a 2015, só vão ver em 2016. Mas a alteração substancial é que aumentam as deduções à colecta, ou seja as despesas com a saúde, educação, despesas com a aquisição de habitação, tendo modificado a fórmula, aumentando a dedução na fonte, tendo em termos efectivos uma redução na ordem de sensivelmente entre os 3 e os 4%. A grande dúvida é saber o efeito directo sobre as pessoas da chamada fiscalidade verde. O que é que vai representar para as pessoas, e para isso temos que a analisar sob duas vertentes: a vertente directa e a indirecta. Em termos directos temos por exemplo o impacto de abastecer o carro com combustível, e em termos indirectos é por exemplo o impacto que vai trazer para a formação do custo dos bens e produtos, como por exemplo as empresas transportadoras, que vão repercutir este sobre custo no cliente final, e este impacto não é possível ainda avaliar. Quem vai pagar isso é o consumidor final, disso não tenho dúvidas.

CE - Que país é esse que promove o equilíbrio orçamental com o contributo em 70% pelo aumento da receita, ou seja pelo agravamento fiscal, e apenas 30% pela redução da despesa?

ADA - Essa é uma questão que me tenho sempre debatido. A maneira mais fácil de se ir buscar dinheiro é dando ordens aos outros para fazer o que nos compete a nós fazer, e isso é uma medida que só o Governo pode tomar. O Governo fez o mais simples de tudo. O Governo pagou aos amigos e encheu os grandes grupos deste país com alguns milhares de milhões de euros, através da "participacion excenssion" e através de uma outra vergonha que nunca tinha existido em Portugal e que agora existe, que é a de conceder isenções com carácter retroactivo. A classe que vê os seus rendimentos através do IRS, que não são só os trabalhadores por conta de outrem, mas também os advogados, médicos, empresários em nome individual, arquitectos, economistas, são a classe mais prejudicada pela conceptualização que este Governo tem de resolver os problemas da economia nacional, e isso é grave porque não trata de forma equitativa as mesmas classes de rendimento, e aqui é que está a iniquida-



“A economia paralela em Portugal não tem índices tão negativos como se pretende transparecer”

de do sistema, ou seja, privilegia classes de rendimentos obtidos societariamente e penaliza de uma forma muito notória

classes que vivem fora desse âmbito societário. É bom que isso seja dito olhos nos olhos, porque é verdade. E depois servi - se da forma mais simples para arranjar dinheiro e a forma mais simples de arranjar dinheiro é fazer uma portaria a dizer às empresas que se até aqui cobravam 5 aos trabalhadores, a partir de

agora vão cobrar dez, se não pagarem vão para a cadeia e ficam sem nada. Com o receio as pessoas cumprem, mas a política fiscal deste Governo é claramente sem equidade tributaria. A equidade tributaria consegue - se chamando para participar na vida financeira do país todas as forças de rendimento e não apenas uma. De facto todo o equilíbrio financeiro do país deu - se pela vertente da receita, mexendo - se muito pouco na vertente da despesa, e na despesa que se mexeu foi na despesa social. Por exemplo o que se fez para reduzir o impacto das PPP? O que é que

constatamos: A despesa continua a disparar, a receita continua a subir, as pessoas vêm avolumar os seus problemas, e ainda por cima vêm as suas benesses sociais a baixarem de tal forma que não satisfazem as suas necessidades, como agora constatamos com o sector da saúde, onde quero ressaltar apenas que todos nós precisamos de cuidados de saúde quando não temos saúde. Fico arrepiado a assistir que se esta a morrer em Portugal porque as pessoas não são assistidas, e isso é muito grave.

CA - Uma das críticas que fez a este Governo é que não aparentava alguma insensibilidade em relação à questão da equidade fiscal. Acha que esta pode ser uma justificação para o aumento da economia paralela?

ADA - Pode ser. Uma das máximas que discuto e que tem alguma discussão e que é um princípio que deve estar sempre presente numa estratégia fiscal, é que quando o sistema é iníquo, as próprias pessoas têm tendência de o perverterem para o tornar mais igua-

litário e por vezes a motivação da economia paralela pode ser a interiorização de iniquidade do próprio sistema. Depois as pessoas pensam que se os governantes não têm uma política de justiça, e são elas que vão repor essa justiça na política e na economia. A economia paralela em Portugal não tem índices tão negativos como se pretende transparecer, onde por exemplo as expectativas da UE em matéria de IVA e de evasão fiscal, são de apenas 8% em 2013,2014 e 2015, quando na Roménia é de 35% e na Turquia de 45%. Por vezes serve - se da economia paralela para aplicar medidas que não têm outra justificação que por esta via.

CE - Uma ultima pergunta sobre os Açores e a realidade do seu tecido empresarial: 99% das empresas dos Açores são formadas por micro empresas e pequenas e médias empresas. Fará sentido por exemplo um lavrador que vai levar ração da sua garagem para a sua exploração agrícola ter que fazer um guia de transporte, ou um distribuidor de pão ter que fazer um guia de transporte para acompanhar o pão que deixa diariamente porta a porta?

ADA - Estes são exemplos musculados da aplicação das normas ou da gestão do poder de governar. Quando encaramos este conceito musculado, não temos a capacidade para analisar esta diferenciação não se tem capacidade para ver que há diferenças que é necessário salvaguardar. Não me violentava nada que o agricultor tenha que provar as rações que tem em sua casa, a sua proveniência, para evitar que a fabrica de rações venda sem factura. Agora se o agricultor as tem em sua casa, e se as transporta no seu veículo para as explorações agrícolas, exigir uma guia de transporte não faz sentido, e a verdade tem que ser dita. O mesmo caso caricado que me apresentou, e que tenho alguns casos desses em termos profissionais, um distribuidor de pão que começa a trabalhar cedo, tem clientes com quantidades fixas, mas outros não, e isso não faz sentido. Por isso sugeri que algumas actividades, como aquelas que exemplificou, e que na redação da legislação anterior estavam isentas, possam beneficiar dessa isenção.

“Haverá de facto e na prática desagramento fiscal em 2015”

